**­UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

LUCIANO NURNBERG PERES

O IMPACTO DA LEI 13.602/2018 SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

SÃO PAULO

2020

LUCIANO NURNBERG PERES

O IMPACTO DA LEI 13.602/2018 SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Trabalho apresentado como requisito parcial para a aprovação na disciplina FLS6441 - Quantitative Methods III - Explanation and Causation

Professor:

Jonathan Peter Phillips

SÃO PAULO

2020

# INTRODUÇÃO

Os governos possuem um importante papel relacionado com o controle das finanças públicas, uma vez que os recursos auferidos são em sua maioria provenientes dos cidadãos, através da cobrança de tributos e, portanto, devem ser utilizados de forma eficaz para prover bens e serviços em prol destes cidadãos.

Para promover um adequado uso dos recursos públicos existem órgãos de controle, tanto internos quanto externos. Outra fonte importante para o acompanhamento da utilização dos recursos públicos é o controle social, em que os cidadãos possuem o direito de obter informações acerca do setor público e cobrar dos governos uma utilização eficaz dos recursos.

Embora estas diferentes formas de controle sejam úteis para promover a correta utilização dos recursos públicos, as leis são centrais para a definição de como os recursos serão arrecadados e utilizados. É através das leis que os controles formais analisam se os recursos são utilizados de forma apropriada ou não.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) define anualmente diversas orientações para o estabelecimento dos orçamentos anuais, entre elas estão as prioridades do governo, as alterações na legislação tributária e as formas de realização de transferências. Em particular, a Lei nº 13.602/2018, que modificou a Lei 13.473/2017 (que é a LDO para o exercício de 2018) apresentou uma alteração na forma de realização das transferências voluntárias para os municípios de até 50 mil habitantes, os quais não serão impedidos de realizar a assinatura de convênios e instrumentos congêneres mesmo que estejam inadimplentes no Serviço Auxiliar de Informação para Transferências Voluntárias (CAUC).

Por outro lado, o governo federal não irá realizar a transferência dos recursos financeiros até que a situação de inadimplência no CAUC seja resolvida. Este fator levanta a dúvida em relação à alteração na LDO ser um mecanismo eficaz de incentivo aos pequenos municípios (abaixo de 50 mil habitantes) em relação a assinatura de nova convênios e posterior resolução da inadimplência para conseguir receber os recursos financeiros do governo federal.

De acordo com a problemática exposta, este trabalho tem o objetivo de investigar se a alteração na LDO de 2018, que permite municípios de até 50 mil habitantes assinarem convênios e instrumentos congêneres mesmo inadimplentes no CAUC, impactou positivamente a proporção do recebimento de recursos financeiros no ano seguinte à vigência da LDO destes municípios.

# REFERENCIAL TEÓRICO

## PROCESSO ORÇAMENTÁRIO

O processo orçamentário brasileiro envolve três principais instrumentos: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). O PPA é um instrumento de planejamento de médio prazo (4 anos). De acordo com Brasil (1988, art. 165, §1º) no PPA deve ser estabelecido “de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada”. O PPA é elaborado no 1º ano de mandato do chefe do executivo, porém, sua vigência só começa a partir do segundo ano e vai até o primeiro ano do mandato seguinte.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias foi inserida no processo de planejamento e orçamentação pela Constituição de 1988 e a partir do ano de 2000 é regida pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Giacomoni, 2017). A LDO representa um elo entre o PPA e a LOA. Fornece anualmente diretrizes de como será formado o orçamento a partir do PPA.

A LOA é o instrumento que indica o quanto e onde serão gastos os recursos públicos no período de 1 ano, com base no valor total que se espera arrecadar. A LOA estima as receitas e fixa as despesas ano a ano.

Como este trabalho tem foco sobre a LDO, é importe salientar o conteúdo que deve ser tratado neste instrumento (BRASIL, 1988, 2000; Lima, 2015):

* Metas e prioridades da administração pública para o exercício financeiro subsequente;
* Orientação sobre a elaboração da LOA de acordo com o PPA;
* Alterações na legislação tributária;
* Estabelecer a política de aplicação das agências financeiras de fomento.
* Dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas;
* Apresentar critérios e forma delimitação de empenho;
* Normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
* Condições e exigências para transferências de recursos às entidades públicas e privadas;
* Anexos de Metas e Riscos Fiscais. Conforme Giacomo destaca, o primeiro anexo trará:
* Metas anuais relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública.
* Avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;

Portanto, a LDO deve abordar sobre as condições e exigências para transferências de recursos às entidades públicas e privadas. Dentre elas, estão as transferências voluntárias. O que ocorreu na LDO de 2018, e que interessa para este trabalho, foi a alteração de uma exigência específica para municípios com menos de 50 mil habitantes, deixando de existir a obrigatoriedade de estar em conformidade com o CAUC.

## O MÉTODO DE DIFERENÇAS-EM-DIFERENÇAS

Considerando o objetivo de investigar o impacto da alteração da LDO de 2018 sobre o recebimento de recursos financeiros de municípios com até 50 mil habitantes este trabalho utiliza a metodologia de Diferenças-em-Diferenças (Diff-in-Diff). Conforme Schiozer, Mourad e Martins (2021), a técnica de Diff-in-Diff tem se tornado popular em diversas área quantitativas de ciências sociais.

Para se ter uma ideia da amplitude do alcance desta técnica Schiozer, Mourad e Martins (2021) citam a presença de trabalhos nas áreas de finanças (Jayaratne & Strahan, 1996), negócios internacionais (Mithani, 2017) e contabilidade (Chen, Hung, & Wang, 2018). Além disso, é importante apontar também trabalhos na área de ciências políticas (Chimeli & Soares, 2017; Malesky, Nguyen, & Tran, 2014).

A metodologia de Diff-in-Diff faz parte dos estudos observacionais, em que não há independência no processo de assimilação de tratamento e nem controle do mecanismo de assimilação do tratamento por parte do pesquisador. Neste sentido, nos estudos observacionais não se pode ter garantia de que nenhum componente do mecanismo de assimilação de tratamento é independente dos possíveis resultados. Tudo o que é considerado como tratamento é influenciado por variáveis omitidas, causalidade reversa e auto seleção.

Uma grande vantagem do Diff-in-Diff é que ele combina as metodologias de corte transversal e de séries temporais. A utilização da metodologia de corte transversal permite comparar diferentes indivíduos em um mesmo momento no tempo e as séries temporais permitem comparar os mesmos indivíduos ao longo do tempo. Um ponto fraco da primeira metodologia (corte transversal) que deve ser levado em consideração é que podem haver variáveis omitidas influenciando os resultados, ou seja, talvez o resultado de um indivíduo x seja diferente do resultado do indivíduo y pela presença de alguma característica específica, como renda, educação etc (chamado de viés de variável omitida).

Já com a segunda metodologia não há esse problema, pois ao lidar com os mesmos indivíduos as características estão exatamente pareadas. Contudo, neste segundo caso uma fragilidade que precisa ser considerada é com características que se alteram no tempo e que podem afetar os resultados, por exemplo, um indivíduo pode ter o salário “x” em determinado momento e, cinco anos depois, o salário passa a ser “y”, o que pode impactar potenciais resultados que se deseje verificar, como a forma de consumo (viés de tendência geral), ou seja, o mesmo indivíduo tem um perfil de consumo se o seu salário é “x” e poderá ter outro perfil se o seu salário for “y”.

A forma como Diff-in-Diff combina estas duas metodologias é comparando os mesmos indivíduos ao longo do tempo entre diferentes grupos (tratamento e controle). Esta forma de avaliação permite comparar mudanças entre os grupos. Neste trabalho em específico, o que se deseja é comparar o grupos de tratamento (municípios com até 50 mil habitantes) com o grupo de controle (municípios com mais de 50 mil habitantes) antes e depois dos possíveis efeitos da alteração da LDO de 2018. Isto permite avaliar se a alteração na LDO causou mudanças nos recebimentos de transferências voluntárias nos municípios, confrontando-se as mudanças nos recebimentos de grandes municípios antes e depois da alteração da LDO com as mudanças nos recebimentos dos pequenos municípios nos períodos antes e depois da alteração da LDO. Aplicando-se esta metodologia, é possível remover os riscos dos dois vieses comentados anteriormente, o viés de variável omitida e o viés de tendência geral.

A técnica de Diff-in-Diff não resolve todos os problemas. Aqui serão mencionados dois aspectos específicos que devem ser considerados para dar suporte à causalidade dos achados. O **primeiro** deles é se atentar à **tendência geral** que havia no período antes do tratamento. Por exemplo, pode ser que os pequenos municípios já estavam em uma crescente em relação à quantidade de recursos que recebiam via transferências voluntárias, e que os grandes municípios estavam em queda em relação a estes recebimentos. A simples permanência desta tendência no período posterior à alteração da LDO, pode fazer com que os recebimentos por parte dos grandes municípios que eram maiores do que os recebimentos dos pequenos municípios sejam menores. Ou seja, a simples tendência que já estava estabelecida permaneceu e alterou a ordem dos grupos que recebiam mais/menos recursos. Esta tendência é analisada na seção de resultados.

O **segundo** aspecto a ser considerado é se não existem **efeitos concorrentes** que possam influenciar os resultados. Aplicando o conceito a este estudo, o que se quer é que tenha apenas a alteração da LDO de 2018 afetando os recebimentos financeiros via transferências voluntárias. Por exemplo, poderiam haver outras leis sancionadas no mesmo período que também influenciassem o recebimento das transferências por parte dos pequenos ou grandes municípios e que poderia afetar os resultados. Esta questão deve ser analisada através da busca por leis ou outros fenômenos que possam impactar os recebimentos de transferências voluntárias dos municípios. Neste sentido, a busca foi realizada e acredita-se que não tenha nenhum outro fenômeno relevante que possa impactar os recebimentos de transferências voluntárias municipais. Outro fator que garante robustez neste sentido é que o período de análise é relativamente curto, compara-se o ano de 2018 com o ano de 2019. Em grandes períodos de tempo diversos fenômenos podem ocorrer para afetar os resultados, sendo de difícil monitoramento.

Para o desenvolvimento do Diff-in-Diff é preciso processar os dados via equação que considere a interação entre os efeitos do tratamento e entre os diferentes períodos (antes e após o tratamento). De forma simplificada, isto ocorre através da seguinte equação:

Em que α, β e δ são os coeficientes, i representa cada indivíduo (município no caso deste estudo), t representa o período. Já D e T são variáveis (geralmente *dummies*, em casos mais tradicionais), D assume o valor 0 se o indivíduo fizer parte do grupo de controle e 1 se fizer parte do grupo de tratamento. T assume o valor 0 se o período for antes de ocorrer o fenômeno e 1 após o fenômeno.

O coeficiente que deve ser levado em conta para avaliar os resultados é β, que resulta da interação entre o status de tratamento (D) com o período (T). A variável β retrata a estimativa do efeito de tratamento médio para os indivíduos. Em outras palavras, β representa a diferença das diferenças, em maiores detalhes é a diferença entre a mudança para o grupo tratamento e a mudança para o grupo de controle.

As variáveis α e δ podem ser comparadas a ideia de efeitos fixos, ou seja, α retira o efeito da diferença no período “antes” entre os grupos de tratamento e controle. Já δ retira o efeito da variação média temporal, isso permite calcular o efeito de tratamento no período posterior entre os grupos de tratamento e controle.

## HIPÓTESE DE PESQUISA

A alteração na LDO de 2018 permitindo que municípios pequenos realizassem a assinatura de convênios e instrumentos congêneres mesmo estando inadimplentes no CAUC foi uma forma de estímulo aos pequenos municípios para a realização destes convênios e instrumentos congêneres. Não foram encontrados estudos específicos sobre a alteração desta mesma lei, contudo, há notícia sobre a alteração nas condições de transferências voluntárias para pequenos municípios que aborda sobre a possibilidade destes municípios serem beneficiados[[1]](#footnote-1).

Contudo, há de se levar em consideração que a alteração na LDO impacta apenas a assinatura dos convênios, deixando condicionada a transferência efetiva dos recursos financeiros à quitação das irregularidades no CAUC. Tal situação pode se mostrar como um desmotivador para a celebração dos convênios, haja vista que o ponto central é auferir recursos financeiros.

Apesar de haver a possibilidade da alteração da LDO não ser um estímulo efetivo para a celebração de novos convênios e consequente recebimento de recursos financeiros via transferências voluntárias, acredita-se que os municípios desejam realizar convênios, pois isso se constitui como uma fonte de recursos, e que a nova proposta dará o tempo hábil necessário para a regularização das pendências no CAUC. Desta forma, a celebração dos convênio deve ocorrer no ano de 2018 e o aumento do fluxo financeiro via transferências voluntárias deve ocorrer no ano de 2019, após a assinatura dos contratos e regularização da situação no CAUC.

De acordo com estes argumentos, a hipótese de pesquisa a ser testada é a seguinte.

**H1: A alteração da LDO que permite celebrar convênios e instrumentos congêneres com municípios de até 50 mil habitantes inadimplentes no CAUC irá aumentar os fluxos financeiros de transferências voluntárias destes municípios no ano seguinte à vigência da lei.**

# METODOLOGIA

Para realizar a avaliação dos recursos recebidos pelos municípios foi necessário obter os dados de transferências voluntárias através do Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União. Este trabalho tem a limitação de ter utilizado apenas as despesas do mês de agosto de cada ano e apenas os municípios do estado do Paraná. Esta limitação se dá em face ao caráter da presente pesquisa ser focada na utilização de um dos métodos abordados na disciplina de métodos quantitativos e não em uma pesquisa complexa focada em uma publicação definitiva de periódicos científicos. Neste sentido, para dar maior robustez aos achados é importante utilizar as despesas de forma completa e também todos os municípios brasileiros. Uma solução alternativa é utilizar as despesas totais e deixar claro que é um estudo válido apenas para os municípios paranaenses.

A classificação dos municípios em grandes e pequenos é um critério específico deste trabalho e ocorreu através do critério estabelecido na LDO de 2018, o qual determinou que apenas os municípios com menos de 50 mil habitantes estarão dentro do escopo da alteração da LDO, representando assim os pequenos municípios. Para realizar a classificação do tamanho dos municípios utilizou-se os dados de estimativa populacional para 2019 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados foram tabulados no software Excel e processados no software R.

Como os grupos são diferentes em termo do porte, ao invés de comparar o volume total de recebimentos financeiros via transferências voluntárias será comparado a variação com o período anterior. Este fato tem relação com os grandes municípios realizarem estas transações de maior volume, sendo assim favorecidos quando se compara os recebimentos totais de transferências voluntárias. Ao comparar as variações, elimina-se o efeito de que grandes municípios possuem a tendência de maiores recebimentos, pois o que passa a estar em jogo é o quanto os seus recebimentos foram maiores ou menores do que no ano anterior. Raciocínio análogo é aplicado aos pequenos municípios.

# RESULTADOS E ANÁLISES

Este trabalho está focado na utilização da técnica de Diferenças-em-Diferenças, por este motivo foi utilizada apenas uma regressão “simples” com esta metodologia, ou seja, sem a utilização de controles adicionais. De qualquer forma, considerações serão feitas a este respeito, abordando possíveis impactos.

É importante deixar claro quais são os grupos de tratamento e controle. O grupo de controle corresponde aos grandes municípios (acima de 50 mil habitantes) e o grupo de tratamento são os pequenos municípios (abaixo de 50 mil habitantes, os quais foram não precisam estar com as contas em dia no CAUC para assinar contratos relacionados com transferências voluntárias. O resultado consiste nas variações dos níveis de recebimento de transferências voluntárias.

Quatro pressupostos devem ser considerados para a correta aplicação da técnica de Diff-in-Diff:

1. **O conjunto de membros dos grupos é estável**: Espera-se que não tenha migração de municípios do grupo de controle para o grupo de tratamento. Os membros do grupo de controle foram determinados com relação à população do município (maiores do que 50 mil habitantes). A população dos municípios tende a crescer, então, para sair do grupo de controle um município precisaria reduzir a sua população, o que não ocorreu e que não é comum de ocorrer. Este pressuposto não é um problema para este estudo.
2. **Ausência de transbordamentos (*spillovers*)**: Este efeito de transbordamento ocorre quando o tratamento pode interferir nos potenciais resultados. No caso em estudo isto não é um problema, o critério de alocação dos grupos é feito de forma clara e transparente e não há motivos para isso interferir no resultados, ou seja, no volume de recursos recebidos via transferências voluntárias. Como exemplo, um município grande não tende a realizar mais (ou menos) operações de transferências voluntárias por saber da alteração da LOA de 2018 que impacta os pequenos municípios.
3. **Ausência de tratamento composto**: Podem haver outros fenômenos que possam influenciar os resultados. No caso em questão, o exemplo mais típicos seriam outras leis que surgiram no período e que influenciam os volumes de recursos financeiros recebidos pelos municípios. Apesar de ser difícil de comprovar de que não existe nenhum outro efeito composto, pela busca realizada e pelo conhecimento na área, não foram encontrados outros fenômenos que poderiam alterar os resultados. Considera-se assim que este pressuposto não é um problema para a pesquisa.
4. **Tendência paralela do pré-tratamento**: para dar robustez aos resultados obtidos no método de Diff-in-Diff é preciso verificar se antes do período considerado a tendência relativa à variação das transferências era a mesma (paralela) entre os grupos de tratamento e controle. Caso contrário, uma tendência diferente em períodos anteriores pode explicar o motivo de grandes/pequenos municípios passarem a ter mais ou menos variação no volume de transferências voluntárias ao invés do tratamento em si. Este pressuposto é um dos mais importantes e será avaliado na sequência sobre os dados.

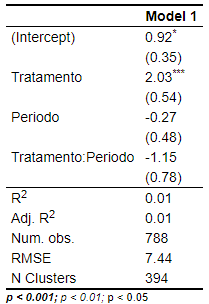
Antes de iniciar a análise da tendência paralela do pré-tratamento é importante frisar que em séries temporais há o problema de autocorrelação, no caso, o problema de autocorrelação pode ser explicado pelo fato de se saber os valores das transferências voluntárias do período atual é um indicador de quanto será em períodos subsequentes. Em outras palavras, as observações não são independentes. Para corrigir isto é preciso agrupar os erros padrão de acordo com a unidade de corte transversal, no caso, os municípios. Desta forma, em todos os momentos será trabalho com os erros padrão agrupados.

Outro fator a ser detalhado é que não foram utilizadas variáveis de controle nas regressões. As variáveis de controle fazem com que a análise seja para unidades de mesmo valor da variável ou variáveis de controle consideradas. Nem por isso o indicado é colocar tantas variáveis de controle quanto possível, isso na verdade pode ser fonte de viés ao modelo. No caso em questão, seria importante inserir variáveis de controle como o Produto Interno Bruto (municipal), a população e o gasto total de cada município, permitindo controlar assim se os níveis dessas variáveis são significativas em relação aos resultados. O que ocorre é que se mantém constantes os níveis das variáveis de controle e compara-se a existência de diferenças nos resultados para os diferentes níveis das variáveis de controle.

## TENDÊNCIA PARALELA DO PRÉ-TRATAMENTO

Os resultados do teste de tendência paralela do pré-tratamento foram obtidos pela aplicação da metodologia de Diff-in-Diff no período de 2017-2018, ou seja, no período anterior ao efeito do tratamento. Os resultados podem ser vistos na Tabela 1.

Tabela 1: Aplicação de Diff-in-Diff para avaliar a tendência paralela do pré-tratamento

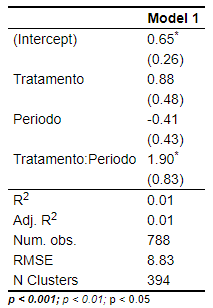


Para que o pré-tratamento apresente uma tendência paralela o coeficiente β deve ser igual a zero. Se isto não ocorre, pode ser um problema para a aplicação da metodologia de Diff-in-Diff, pois indica que os grupos de tratamento e controle não tinham o mesmo comportamento, ou seja, a mesma tendência antes de ocorrer o tratamento. Um possível motivo neste estudo é que a divisão dos grupos não é aleatória, ou seja, pequenos e grandes municípios são diferentes e, portanto, podem apresentar tendências diferentes. O valor encontrado neste caso foi de -1.15, contudo ele não é significativo e não se pode afirmar que ele é estatisticamente diferente de zero, portanto, este pressuposto também é atendido neste trabalho.

## EFEITO DA MUDANÇA DA LOA NAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Para verificar se houve alteração no comportamento dos pequenos municípios devido a alteração na LOA de 2018, foi aplicado o método de Diff-in-Diff no período de 2018-2019. Os resultados estão na Tabela 2.

Tabela 2: Resultados da regressão de Diff-in-Diff



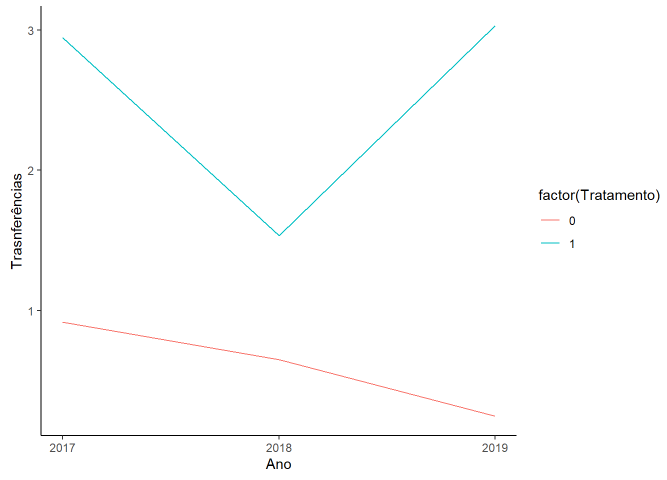
Pela leitura da Tabela 2, é possível verificar que a variação da proporção das transferências voluntárias foi 1,9 vezes maior do que o ocorrido nos grandes municípios. Este valor é estatisticamente significativo ao nível de 5%, indicando que a mudança na LOA realmente refletiu no aumento das transferências voluntárias dos pequenos municípios. Para verificar a robustez deste achado, será realizada uma análise gráfica de tendências.

## ANÁLISE GRÁFICA DE TENDÊNCIAS

Um gráfico permite de forma ágil entender os resultados expressos nos resultados anteriores. O Gráfico 1 apresenta os valores médios da proporção de variação das transferências voluntárias para os anos de 2017, 2018 e 2019 tanto para o grupo de tratamento (pequenos municípios) quanto para o grupo de controle (grandes municípios).

De acordo com o Gráfico 1, de 2017 para 2018 os pequenos municípios apresentavam uma tendência de queda da proporção de variação das transferências voluntárias mais acentuada do que os grandes municípios. Contudo, o teste de tendência paralela do pré-tratamento fornece suporte de que esta diferença não é estatisticamente significativa, podendo ser considerada paralela.

Gráfico 1: Valores médios da proporção de variação das transferências voluntárias para os anos de 2017, 2018 e 2019 para os grupos de tratamento e controle



O efeito do tratamento é nítido, ao passo que os grandes municípios permanecem aproximadamente com a mesma tendência, os pequenos municípios elevam de forma considerável o patamar das transferências, o que fornece robustez para confirmar a hipótese H1.

## CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

No método de Diff-in-Diff é preciso levar em consideração variáveis “confundidoras” que se alteram no tempo, já que elas representam um risco à causalidade dos achados. Tais variáveis devem ser inseridas como controles. Neste estudo, a maioria das variáveis são relativamente estáveis no tempo, como o Produto Interno Bruto, o Índice de Desenvolvimento Humano municipal e a população. Apesar de haver variações, não se espera que sejam relevantes, principalmente pelo estudo envolver uma dimensão temporal relativamente curta (3 anos). Por outro lado, no ano de 2019 houve o início do mandato de um novo presidente pertencente a um partido de direita e que se opõe a administração anterior. Existe a possibilidade de o novo governante privilegiar o repasse de transferências voluntárias para municípios em que o prefeito também seja de direita. Desta forma, uma importante variável a ser controlada é se o posicionamento do partido do município é o mesmo ou não do que o do presidente.

Outra consideração recai sobre as três principais fontes de viés que podem influenciar a causalidade dos achados: variáveis omitidas, causação reversa e viés de seleção. Sobre as variáveis omitidas já foram feitas diversas considerações. Em relação à causação reversa, não há motivos aparentes para considerar que é o nível das transferências que causou o tratamento, ou seja, que causou a alteração na LDO de 2018. O principal aspecto que viabiliza esta percepção é que a tendência anterior comparativa de pequenos e grandes municípios foi considerada paralela, ou seja, não havia grande discrepância entre a proporção no volume de recursos repassados entre os municípios. Em relação ao viés de seleção, já houve discussão prévia. A separação entre pequenos e grandes municípios não é aleatória, o que pode gerar diferentes comportamentos dos grupos e levar a resultados potenciais diferentes. O principal respaldo que demonstra que tal fator não é uma fonte importante de viés, também é tendência paralela inicial dos grupos de tratamento e controle.

# CONCLUSÃO

Este trabalho apresentou o objetivo de investigar se a alteração na LDO de 2018 impactou positivamente a proporção do recebimento de recursos financeiros de municípios com até 50 mil habitantes no ano seguinte à vigência da LDO. Para isto utilizou-se da metodologia de Diff-in-Diff. Os resultados mostraram que, após a alteração da LDO, os pequenos municípios alteraram de forma significativa o volume da proporção de recebimentos através de transferências voluntárias, ao passo que o volume da proporção de recebimentos pelos grandes municípios de manteve praticamente constante, apresentando na verdade uma pequena redução.

Estes resultados se mostraram robustos, uma vez que a tendência do pré-tratamento pôde ser considerada paralela entre os municípios grandes e pequenos e que após o impacto da LDO houve uma expressiva mudança dos recebimentos, como explanado no parágrafo anterior. A análise gráfica mostra claramente o impacto causado pela LDO, em que os grandes municípios praticamente mantiveram a tendência dos recebimentos e houve uma acentuada mudança no comportamento dos pequenos municípios.

A conclusão a partir dos resultados é de que a alteração na LDO, propondo que municípios com até 50 mil habitantes pudessem assinar contratos e instrumentos congêneres mesmo estando inadimplentes no CAUC foi uma forma eficaz de aumentar o volume de recursos recebidos pelos pequenos municípios vias transferências voluntárias.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1998). Brasília. Recuperado em 22 de julho de 2020.

BRASIL. Lei de Responsabilidade Fiscal. (2000). Brasília. Recuperado em 22 de julho de 2020.

Chen, Y. C., Hung, M., & Wang, Y. (2018). The effect of mandatory CSR disclosure on firm profitability and social externalities: Evidence from China. *Journal of Accounting and Economics*, *65*(1), 169–190. https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2017.11.009

Chimeli, A. B., & Soares, R. R. (2017). The use of violence in illegal markets: Evidence from mahogany trade in the Brazilian Amazon. *American Economic Journal: Applied Economics*, *9*(4), 30-57.p. https://doi.org/10.1257/app.20160055

Giacomoni, J. (2017). *Orçamento público* (17a). São Paulo: Atlas.

Jayaratne, J., & Strahan, P. E. (1996). The Finance-Growth Nexus: Evidence from Bank Branch Deregulation. *Oxford University Press*, *111*(3), 639–670. https://doi.org/10.2307/2946668

Lima, E. C. P. (2015). *Curso de finanças públicas: Uma abordagem contemporânea*. São Paulo: Atlas.

Malesky, E. J., Nguyen, C. V., & Tran, A. (2014). The impact of recentralization on public services: A difference-in- differences analysis of the abolition of elected councils in vietnam. *American Political Science Review*, *108*(1), 144–168. https://doi.org/10.1017/S0003055413000580

Mithani, M. A. (2017). Liability of foreignness, natural disasters, and corporate philanthropy. *Journal of International Business Studies*, *48*(8), 941–963. https://doi.org/10.1057/s41267-017-0104-x

Schiozer, R. F., Mourad, F. A., & Martins, T. C. (2021). A Tutorial on the Use of Differences-in-Differences in Management, Finance, and Accounting. *Journal of Contemporary Administration*, *25*(1), 1–19. https://doi.org/https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2021200067

1. <https://www.i9treinamentos.com/emenda-na-ldo-deve-beneficiar-cidades-de-ate-50-mil-habitantes/> [↑](#footnote-ref-1)